

Congresso vota reajuste de parlamentares

Stuckert Filho

O Congresso deverá aprovar hoje, em caráter de urgência, reajuste para o funcionalismo público civil e servidores dos poderes Legislativo e Judiciário. Deputados e senadores terão os salários de novembro corrigidos para cerca de três milhões e 900 mil cruzeiros. O índice de reajuste foi fixado em 53,5%, idêntico ao que está sendo reivindicado pelos juízes.

O reajuste dos salários foi o principal assunto da reunião de líderes partidários, tanto no gabinete do presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), quanto no gabinete do presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). Por pressão dos representantes do PT, PSB e PTR, foi afastada a idéia de aumentar a verba de gabinete, que representaria uma forma de salário indireto. "Era uma questão muito delicada que precisava do apoio unânime dos líderes para vingar", explicou o líder do PT, deputado José Genoíno (SP).

Durante a reunião os deputados reclamaram muito dos "baixos salários". O deputado Haroldo Lima, líder do PC do B, queixou-se: "Assim, não tenho condições de exercer o meu mandato". Recebeu o apoio do deputado João Mellão Neto (PL-SP). "O salário está uma miséria, todo mundo está no vermelho", disse.

O reajuste a ser incorporado aos salários de novembro é considerado uma solução temporária. O valor deverá ser reavaliado logo após o recesso parlamentar. Os servidores civis da União deverão ter ratificados ainda hoje reajustes que variam de 27% a 93%. Os militares tiveram os salários reajustados no mês passado.



Em reunião com Ibsen, os líderes partidários reclamaram que seus salários estão muito baixos e o reajuste deve ser de 53,5%